

MEMÓRIA E ARQUIVO EM RETORNO EM CONCEPÇÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA ENTRE TRADUTORES E ESTUDANTES DE TRADUÇÃO

Solange MITTMANN¹¹

RESUMO

O trabalho apresenta os primeiros resultados de uma investigação a respeito das concepções de língua portuguesa entre estudantes de tradução e tradutores profissionais. A partir de uma proposta de atividade, foram realizadas análises de respostas, das quais foram recortadas sequências discursivas que possibilitaram levantar questões a respeito das concepções de língua que sustentavam as respostas. O que motivou esta pesquisa foi a observação de que, no curso de Bacharelado em Letras – Habilitação Tradutor, em que atuamos, persiste uma memória que cerceia a concepção de língua numa perspectiva normativista e informacional – e, por consequência, a aceitação de que a língua é regular e de que o sentido é universal e transparente. Questionamos, então, nossos alunos (futuros tradutores) e profissionais da tradução a fim de analisar como o arquivo institucional vem cercear os discursos sobre língua portuguesa e como a memória discursiva faz retorno sobre tais discursos, numa tensão entre estrutura e acontecimento, em que aquela é desacomodada por este, ao mesmo tempo em se remolda para melhor acolhê-lo. Partimos do princípio de que é preciso desfazer as evidências e trazer para as discussões a tensa relação entre língua, sujeito e história, numa perspectiva materialista, como propõe Pêcheux. Nesse sentido, consideramos que o indivíduo se constitui em sujeito pela língua ao ser interpelado pela ideologia (sob efeito retroativo) e que a língua é atravessada pela história e a ela resiste, o que leva à sua autonomia relativa. É essa concepção de língua, a do furo, do deslizamento, da deriva, que defendemos, por permitir lugar ao sujeito e por possibilitar o próprio discurso – na produção, na leitura e na tradução de textos.

PALAVRAS-CHAVE: língua; tradução; memória; arquivo; arquivo institucional.

Apresentação

A escrita deste texto se dá a partir de uma inquietude a respeito de qual concepção de língua sustenta os discursos sobre tradução e sobre o jogo entre línguas a que os sujeitos se submetem quando traduzem ou quando refletem sobre o processo

11 UFRGS – Instituto de Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras. Caixa Postal 15002. CEP 91501-970. Porto Alegre/RS-Brasil. E-mail: solnena@hotmail.com e solange@ufrgs.br.

tradutório. E também a respeito da relação que tradutores profissionais e estudantes do curso de tradução estabelecem com a língua em que se constituem como sujeitos a partir da interpelação pela ideologia.

Parto do princípio de que o processo tradutório é um processo discursivo que lida com o parafrástico e o polissêmico a partir de determinadas condições de produção, levando a um novo discurso, o discurso da tradução. Esse novo discurso, como qualquer discurso, resulta das relações de forças entre lugares sociais e das relações de sentidos com discursos outros (conforme Pêcheux, 1993). Porém, tem a particularidade de estar vinculado de modo singular a um determinado recorte textual, o convencionalmente chamado “texto original”. Tal vínculo singular se dá pela tentativa de reprodução de efeitos de sentido, de procurar ser o mais parafrástico possível. Ou seja, o tradutor teria por função dizer o “mesmo” em outras condições de produção e em outra língua. Como o “mesmo” não é possível, busca-se um culpado pela chamada “infidelidade” e aponta-se o dedo ora para as condições de produção (incluído aí o tradutor e a história em que se encontra e da qual não pode sair), ora para a língua (a de partida ou a de chegada). Tomando para nós a questão que Pêcheux (1999) cita de Achard a partir do “provérbio chinês ‘Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo’”. Com efeito, por que não?”, interessa-nos aqui o gesto dos sujeitos de apontar o dedo para a língua.

Ministrando disciplinas de língua portuguesa no curso de Bacharelado em Letras – Habilitação Tradutor e também uma disciplina sobre tradução do ponto de vista da Análise do Discurso na Pós-Graduação, propus às alunas¹² da Pós a elaboração de uma atividade para ser aplicada com os alunos da Graduação. Tratava-se de uma atividade despreziosa: reunimos quatro fragmentos de textos literários em língua portuguesa, dois deles eram traduções, e perguntamos aos alunos quais dentre os trechos eram traduções, quais não eram e o que justificava tal avaliação. Trabalhamos, então, sobre esse arquivo de respostas e fizemos algumas análises sobre como são significados o tradutor, a tradução, a língua do outro e a língua portuguesa.¹³

As respostas dos alunos me mostraram que quando o analista depara-se com o arquivo (dá com ele, entra em embate), ele não apresenta respostas e, sim, mais perguntas. Como já afirmei em outra ocasião, tomar o arquivo como gatilho de

¹² Agradeço à colega Maria Teresa Celada, da USP, que me ajudou a pensar sobre esta atividade durante uma conversa no Encontro da ANPOLL, e às alunas Gláucia da Silva Henge, Michele T. Passini e Laís V. Medeiros pela participação no trabalho de elaboração e aplicação da atividade.

¹³ Um primeiro resultado desse trabalho de análise com as alunas da Pós-Graduação resultou em um artigo conjunto sob o título “Algo fala antes nos discursos de estudantes sobre língua(s) e tradução”, já encaminhado para publicação.

movimentos de interpretação não significa buscar ali respostas, mas permitir-se ouvir as perguntas que o arquivo nos lança, retornar à teoria e voltar com mais perguntas. (Mittmann, 2015) E dentre as perguntas que o arquivo tem me apresentado estão: Que língua é essa de que os alunos estão falando? E como essa concepção de língua faz retorno sobre a interpretação dos alunos sobre o que seja a escrita e a escrita da tradução? Ou seja, parece haver aí um pré-construído sobre língua que faz retorno através da memória em um discurso institucional sobre língua. Tentando definir melhor, diria que se trata da presença de algo que é a ordem de um arquivo institucional naquilo que é da ordem (e da organização) do arquivo de análise.

Sobre arquivo e arquivo

Em outros textos (Mittmann, 2008, 2010 e 2014) já tenho trabalhado com essa diferença entre o arquivo como noção teórica e o arquivo como noção metodológica. Este último é da ordem do empírico e refere-se às materialidades nas quais mergulhamos e entramos em jogo de enfrentamento até compor o corpus. No gesto de mergulhar, precisamos nos segurar na teoria, ou seja, por exemplo, nas noções de interdiscurso, pré-construído, discurso transversal, memória, formação discursiva e arquivo, ou, o que estou chamando aqui de arquivo institucional.

Institucional porque é sob os efeitos de transparência, evidência, universalidade e naturalidade que se dá a construção de um desencadeador, um fomentador de novos discursos. A institucionalização exerce controle tanto sobre a entrada de elementos que podem constituir o arquivo como sobre o que pode levar à produção de novos discursos. No caso da tradução, seria preciso dominar pela escrita o dizer anterior para melhor controlar (ter controlado) o novo dizer.

Cabe dizer que o arquivo aqui chamado de institucional tem forte relação com a memória (Mittmann, 2008): Na produção ou na leitura dos discursos, bem como no gesto de articulação do arquivo, o que funciona é um embate de sentidos, e o que dá sustentação a esses sentidos é a memória, como algo pré-existente e exterior, ausente mas presente, funcionando sob a forma de retorno. Nesse funcionamento entre memória e arquivo, há uma estabilização provisória realizada pelo arquivo através do efeito de totalidade. Para isso, é preciso rechaçar e controlar de fora para dentro. Do lado da

memória, a estabilização se dá pelo efeito de já-sabido, a partir de um movimento de dentro para fora, que envolve a abertura à recepção e a acomodação.

Então, voltando ao arquivo empírico de respostas, percebi que nele retornava algo que era da ordem o arquivo institucional, ou seja, de um saber institucionalizado sobre a língua portuguesa, que se repetia na forma de regras, normas, correção, domínio e fluidez. Trata-se do arquivo na concepção foucaultiana de regras que permitem a produção de novos discursos (Foucault, 2002), o que da perspectiva pècheutiana tem a ver com o que determina o que pode ou deve ser dito, ou seja, tem a ver com a noção pècheutiana de formação discursiva (Pêcheux, 1995).

Neste caso, trata-se de uma formação discursiva que possibilita discursivizar os saberes de uma formação ideológica escolar, que ergue seus muros de forma tão violenta, que toma qualquer movimento da própria relação de intrincamento entre língua história, ou qualquer acontecimento discursivo ou linguajeiro como algo passível de ser avaliado como permitido ou não, certo ou errado, verdadeiro ou falso, pertencente à língua portuguesa ou não. Quer dizer, se algo não está dicionarizado, é considerado como não fazendo parte da língua portuguesa; se se trata de uma construção morfológica que não segue as regras do latim ou do grego clássico, tampouco; se não segue uma estrutura sintática previamente autorizada, também não.

Alguns apontamentos sobre língua que percorrem o tempo

A concepção de língua a partir de uma perspectiva normatizadora parte do princípio de que é possível encaixar novos fatos em regularidades previamente percebidas. Dois exemplos dessa forma de conceber a língua a partir do regramento são as gramáticas que fincam um marco nos estudos e na sistematização da língua portuguesa, que analisei em outra pesquisa (Mittmann, 2010). A “*Grammatica da lingoagem portuguesa*”, de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, leva o título de primeira gramática da língua portuguesa. Já a *Grammatica da língua portuguesa*, de João de Barros, de 1540, é considerada a primeira gramática *normativa* da língua portuguesa.

Oliveira dedica a maior parte de sua *Grammatica* à descrição fonológica, em capítulos sobre letras, sílabas e acentos. E afirma: “não somente em cada voz per si, mas

também no ajuntamento e no som da linguagem pode haver primor ou falta entre nós”. Essa busca pelo primor se dá a partir da descrição do que dizem os que “bem falam” e da observação do seu “bom costume”, de onde Oliveira toma os exemplos “para que outros muitos aprendam”.

Já Barros toma a gramática como “um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos”. Tal modo certo e justo se define como “artifício de palavras postas em seus naturais lugares, pera que, mediante elas, assim na fala como na escritura, tenhamos em conhecimento das tenções alheias”. Séculos antes de Saussure, Barros lançava mão da metáfora do jogo de xadrez: “E como pera o jogo de enxedrez se requer duis reis, um de uma cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças postas em casas próprias e ordenadas, com leis do que cada uma deve fazer (segundo o ofício que lhe foi dado).”

Na *Grammatica* de João de Barros, a descrição morfológica, com base no grego e no latim, teria por objetivo o modo certo de falar e escrever, bem como a compreensão das intenções alheias. Nessa perspectiva, a gramática traria em si a completude da língua, o sentido único e evidente, capacitando cada autor a transmitir tudo o que pretende e também cada leitor a desvendar as intenções do autor.

Assim, lado a lado, a descrição de Oliveira e a prescrição de Barros vão compondo um imaginário de língua passível de ser homogeneizada.¹⁴ O pressuposto da possibilidade de homogeneização marcará a construção das gramáticas brasileiras e o imaginário de língua das escolas repetido no senso comum.

Enquanto isso, a língua resiste, deixando rebarbas e saliências que não podem ser aplainadas. Tanto as normas ou regras, como as rebarbas e saliências são sinalizadoras da heterogeneidade constitutiva da língua: se é preciso amarras, é porque a língua teima em escapar. (Ibid., 2010)

O arquivo institucional sobre a língua no arquivo de análise

Nos textos que formam nosso arquivo empírico – já tornado corpus pelo trabalho de análise – há um retorno desse saber, dessas determinações, dessas inclusões,

¹⁴ Cabe considerar que as duas gramáticas são produzidas em contexto histórico de marcação de fronteira com a Espanha e de conquista de novos mundos/povos.

exclusões, in exclusões sobre a concepção de língua que se manifesta como pré-construído no discurso dos alunos. E por se tratar de discurso do lugar social de aluno respondendo ao lugar social de professor, isso mais ou menos já era de se esperar, embora tivesse me chocado, confesso, que essa concepção ainda fosse tão presente em discursos de sujeitos que já passaram por estudos linguísticos e por estudos discursivos.

Recortei para este texto algumas sequências que apontam para o fragmento de um texto da atividade proposta. Trata-se de um parágrafo de um romance escrito em língua portuguesa por um brasileiro.¹⁵ E selecionei para esta comunicação algumas sequências em que os alunos justificam por que apontaram que se trata de uma tradução:

SD1: A segunda vírgula do texto (mal posicionada), a construção “apesar de eles” usado juntamente “azuis” acusam que o texto se trata de uma tradução.

SD2: Outra pista da tradução é o “recém-chegado”, que, em português, não necessita de hífen, não é um substantivo composto.

SD3: Os elementos que sugerem isso [que se trata de uma tradução] incluem (...) sintagmas compridos (...) e o uso de conjunção aditiva no início de uma sentença.

Perpassam esses discursos outros discursos que tomam o jogo acerto vs erro na definição de se uma construção morfológica ou sintática pertence ou não à língua portuguesa: se não há correção, se não se escreve assim, então não é um texto originalmente escrito em língua portuguesa. Na perspectiva dos alunos do curso de tradução, futuros tradutores portanto, um nativo escreve bem o seu texto em língua portuguesa, seguindo certas normas, enquanto que um tradutor não sabe ou não pode escrever em língua dita correta. E se não é português correto, então talvez seja inglês, francês, alemão... quer dizer: o que foi dito em português e que fere as suas normas é o que se pode dizer em outro lugar, onde as normas podem ser outras, como é possível observar nas sequências:

¹⁵ Optei por não trazer a referência nem o trecho apresentado, pois o que me importa nesta reflexão não é retornar à obra, mas sim os apontamentos dos sujeitos a respeito da língua.

SD4: tradução do francês. Presença do “lhe” (lui), pronome muito comum nas frases em francês. Presença do “finalmente”, tradução freqüente de “finalement”, que pode ter um sentido mais conclusivo também.

SD5: A vírgula após “escutava ao longe” me lembrou da estrutura da língua alemã. No final, “finalmente” e “profundamente azuis” não parecem construções originalmente da língua portuguesa.

SD6: Estranho o uso de “e finalmente não pode” e “olhos profundamente azuis” que, para mim, me lembram construções da língua inglesa.

Observa-se nas três sequências um rechaço a considerar as formas de escrita que construíram o texto em língua portuguesa como formas da língua portuguesa: “frases em francês”, “estrutura da língua alemã”, “construções da língua inglesa”. Essa concepção da língua como estrutura fixa, correta, adequada, que exclui o que não se encaixa nela é a repetição do arquivo institucional sobre a língua, que apresenta um conjunto de regras para a formação de novas frases, que determina o que pode e deve e o que não pode e não deve ser dito em cada língua. Trata-se de um saber institucional rígido, fechado, que tem a ver com a concepção de língua como conteúdo a aprender, como instrumento a dominar para utilizar em comunicação, do qual o sujeito deve se apropriar com propriedade para ser autorizado a escrever e a ter seu texto reconhecido como escrito naquela língua, seja a portuguesa, a alemã, a inglesa, a francesa, ou qualquer outra dessas que se aprende na escola ou na faculdade de Letras.

Foi assim que justifiquei para mim essa resistência dos alunos a aceitar o equívoco como o próprio da língua. A perspectiva normativa é “conteúdo” que se aprende na escola, no cursinho e que é reafirmado, reforçado no curso de Letras. Mas como sou otimista e acredito que a prática da tradução vem desestabilizar as verdades e certezas aprendidas, resolvi ampliar um pouco meu arquivo empírico e consultei tradutores profissionais, já que esses entram em embates com as línguas em sua prática cotidiana. Assim, pedi a colaboração a tradutores em uma rede virtual onde se costuma consultar outros tradutores em momentos de aperto. Pedi que realizassem a mesma atividade de analisar os mesmos fragmentos, dizer se se tratava ou não de traduções e justificar sua avaliação. Treze tradutores responderam à proposta, e trago aqui

sequências de algumas dessas respostas que apontaram que o mesmo texto que citei acima se tratava de uma tradução.

SD7: Há (...) construções que não usamos em português a não ser como “erro”. Na penúltima frase, “apesar de eles” me parece mal colocado (...), pois o pronome “eles” é desnecessário em português, quando, em inglês, se for o caso, não poderia ser dispensado.

SD8: O uso de pronomes retos (ele / eles que costumam ser evitados em textos redigidos originalmente em português por uma questão de estilo, a não ser que o escritor queira chamar atenção para algum ponto dentro do texto com o uso desse tipo de pronomes, o que não parece ser o caso aqui.

Essas respostas de tradutores são parafrásticas às respostas dos estudantes de tradução. O erro, o que se deve evitar, ou seja, a falta do bem dizer denunciaria um trabalho mal feito de escrita. Novamente é a falta o que os sujeitos apresentam como pista para apontar que se trata de tradução. O que pode ser resumido com esta resposta simples:

SD9: Erro gramatical.

Também é interessante observar que o arquivo de respostas nem sempre indicia o mesmo olhar sobre a escrita, como é o caso da pontuação:

SD10: o uso excessivo das vírgulas remonta ao inglês

SD11: A pontuação com muitas virgulas me faz pensar que não é literatura escrita em língua portuguesa. O fraseado em português não usa pontuação em demasia.

SD12: Acho que faltam algumas vírgulas, “em diagonal” não me soa natural, e no “apesar de eles” eu omitiria “eles”.

Trata-se do mesmo parágrafo analisado pelos tradutores. Mas, se nas SDs 10 e 11, temos o gesto de apontar o dedo para o excesso, a demasia, na SD12 aponta-se para a falta. De qualquer forma, parece haver consenso sobre a equivalência entre erro (na forma de excesso ou de falta) e o trabalho do tradutor.

Considerações finais

No início da escrita deste texto, o objetivo era abordar o arquivo institucional como o que é da ordem da fronteirização, excluindo o que fica de fora e organizando o que está dentro. E pensar a memória do futuro como a memória discursiva, esburacada, que não exclui, mas acolhe o acontecimento, remoldando-se a ele. Explico, com base em Pêcheux (1999): pela relação com o acontecimento, isto é, pela produção do novo, a memória pressupõe sempre deslocamentos, um remoldar-se diante do impacto desse acontecimento, para melhor absorvê-lo e acomodá-lo, o que não se dá de forma pacífica, mas conflituosa, pelo jogo de forças.

Com as análises, no embate com o arquivo empírico, deparei com a violência do arquivo institucional, que silencia, exclui, ou seja, que diz que uma determinada construção feita por um autor brasileiro não pertence à língua portuguesa brasileira, lançando tanto os dizeres como os produtores de tais dizeres ao quarto de despejo.

Tenho defendido que a tradução passe a ser concebida a partir de uma concepção de língua que considera a irregularidade, o furo, a deriva, como possibilidade de significação no processo tradutório. Uma língua que é o lugar em que o indivíduo é interpelado em sujeito de dizer pela ideologia. E então me dei conta de que é justamente por isso que essa língua tem sido denegada pelo esquecimento número um, como descreve Pêcheux (1995), o esquecimento da interpelação, do sentido já lá. É preciso que algo fique de fora, esquecido, para que algo possa ser dito. Além disso, é preciso que algo fique de fora, esquecido, para que sustente o sentido daquilo que é dito. E o sujeito denega através do esquecimento número dois, que é justamente a ilusão do controle sobre o dizer. E aqueles saberes do arquivo institucional sobre língua fazem retorno sobre o sujeito na enunciação e sobre o discurso na sintaxe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barros, João de. 1540. *Grammatica da língua portuguesa*. <http://purl.pt/12148/4/P6.html>

Foucault, Michel. 2002. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz F.B. Neves. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Mittmann, Solange. 2008. Redes e ressignificações no ciberespaço. In: Romão, Lucília; Gaspar, Nádea (org.) *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro & João.

_____. 2010. Língua, gramática e normatização em discursos de arquivo. In: Abreu, Sabrina P. de. (org.). *Reflexões linguísticas e redação no vestibular*. Porto Alegre, UFRGS.

_____. 2014. Formação discursiva e autoria na produção e circulação de arquivos. *Conexão Letras*, v.9, p. 31-40.

_____. 2015. O arquivo como gatilho de movimentos de interpretação em torno da palavra “luta”. In: Indursky, F.; Leandro Ferreira, M.C.; Mittmann, S. *Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos*. Campinas: Mercado de Letras.

Oliveira, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536) http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/dig_nacional/cd-digita/jpg/res-274-v/index-HTML/M_index.html

Pêcheux, Michel. 1990. *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes.

_____. 1993. Análise automática do discurso. Tradução de Eni P.Orlandi. In: Gadet, Françoise; Hak, Tony (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Unicamp.

_____. 1995. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P.Orlandi [et al.] 2.ed. Campinas: Unicamp.

_____. Papel da memória. 1999. Tradução José Horta Nunes. In: Achard, Pierre [et al.]. *Papel da memória*. Campinas: Pontes.